

Pobreza e mercado podem rimar

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Marcelo Neri, o principal pesquisador da miséria no país, explica por que a concentração de renda está em queda e diz que não cabe só ao estado trabalhar pela redução da desigualdade: falta a inserção produtiva

Marcelo Neri é daqueles economistas que não brigam com os números. Com uma carreira dedicada a pesquisas sobre políticas sociais, sempre se cercou de estatísticas para diagnosticar os impactos das ações de governo sobre a população mais pobre. Dissecou, por exemplo, os avanços do combate à pobreza com o programa Bolsa Família nos tempos de bonança da economia brasileira e percorreu minuciosamente a escalada da desigualdade durante a recessão. Nesta semana, em novo estudo, o diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas trouxe um quadro alentador: o abismo social no Brasil parou de aumentar. No último trimestre de 2019, a concentração de renda caiu pela primeira vez após mais de quatro anos. E os números apontam para uma queda cíclica a partir deste ano.

Nesta entrevista a Crusoé, Neri explica o que o faz acreditar que o Brasil já atingiu o topo da desigualdade e defende o fim do monopólio do estado nas ações de enfrentamento da pobreza. “Acho que pobreza e mercado podem rimar, não tem que ser riqueza e mercado de um lado e pobreza e estado do outro”, diz. O economista enxerga efeitos sociais positivos na reforma do ensino médio feita pelo ex-presidente Michel Temer e, embora tenha integrado o governo petista (sob Dilma Rousseff, foi ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos), elogia a proposta do governo Jair Bolsonaro de instituir a meritocracia por desempenho escolar nas regras do principal programa social do país. Sobre a lógica reinante nos auxílios sociais concedidos pelo estado, ele faz um alerta: “O Bolsa Família gera uma dependência eleitoral, que é ruim e precisa ser enfrentada”. Eis os principais trechos da conversa.

Esse seu estudo mais recente pretendia responder se o Brasil chegou ao topo da desigualdade. É possível dizer que sim?

Acho que o componente cíclico da desigualdade está caindo, desacelerando desde o terceiro trimestre de 2018. Teve um aumento forte na crise, e foi se tornando menor a cada trimestre, até ser zerado e entrar no azul no último trimestre de 2019. Ele depende da situação do mercado de trabalho e da economia. Então, penso que a gente deixou para trás as notícias ruins. Tem um outro componente estrutural que é importante: a melhora do nível da educação. Dado o atraso secular do Brasil, ele tende a jogar a favor porque vem aumentando ao longo dos últimos 30 anos. É importante ter cuidado com a educação porque ela é a nossa esperança de um crescimento inclusivo. Mesmo no período de crise ela jogou a favor, adicionou 9% de renda nos últimos cinco anos, com efeito maior na base. Acho que a gente pode ter virado o Cabo da Boa Esperança, com esse último dado de 2019, mas ainda é cedo para dizer. A perspectiva da economia brasileira é de redução do desemprego, e a jornada de trabalho já está aumentando. O grande ponto de interrogação é quanto à precariedade do trabalho, que ainda está jogando contra.

Quais são os reflexos da reforma trabalhista aprovada em 2017?

É cedo para dizer. A gente começa a ver agora os efeitos da reforma, que é uma escolha por mais quantidade de trabalho, podendo negociar a sua qualidade. Hoje, a qualidade do trabalho vem caindo e a quantidade aumentando, o que está dentro do script da reforma. Mas ainda não tem nenhum estudo

específico que estabeleça a relação causal entre a reforma trabalhista e o mercado de trabalho. Acho importante realizar esses estudos, para medir os ganhos e possíveis perdas.

Mesmo com a melhora da educação sobre a renda ao longo dos últimos anos, os estudos mostram que jovens foram os mais impactados pela crise. Por quê?

Tanto a crise quanto a retomada da economia são bastante influenciadas pelo componente da educação. No boom que houve antes da recessão, o aumento de salário foi maior entre pessoas com pouca escolaridade. Nos últimos tempos tanto as perdas foram maiores para quem tem menos escolaridade, como agora os ganhos foram menores. Os jovens foram os que mais perderam entre 2014 e 2019. Perderam muito no começo da crise porque as empresas, no início, restringiram contratação antes de demitir, o que afetou mais os jovens, que pagaram o preço da falta de experiência. Para você ter uma ideia, enquanto a renda média do país caiu 3,7%, a do jovem caiu 14% e a do jovem sem instrução caiu 51%. O grupo das mulheres de uma maneira geral, por exemplo, que são mais escolarizadas, ganhou na crise 2%, enquanto os homens perderam 5%. Acho que o contexto mundial é o de beneficiar quem tem mais educação.

Quais medidas precisam ser tomadas para que essa queda da desigualdade seja cíclica?

É preciso melhorar a qualidade da educação e a conexão da educação com o mercado de trabalho. Acho que a reforma do ensino médio feita pelo Temer atacou isso. A gente já está começando a colher alguns resultados. O Brasil vive um paradoxo. Na época do milagre econômico (

O sr. destacou como positivas algumas mudanças que foram criticadas pela esquerda recentemente. Como enxerga o debate sobre as reformas nesse contexto de polarização do país?

No Brasil, a gente não tem o hábito de avaliar políticas. Faz muitas mudanças, mas não vê os resultados dela. É importante se debruçar e debater os efeitos de todas essas reformas que o país vem fazendo. Começo a ver algum resultado positivo, não é nada para ser comemorado ainda, mas já estamos saindo da estagnação educacional. Essa fase do ensino médio é a fase em que a gente está perdendo a guerra. Acho que a gente começa a ver alguma mudança, é possível que seja a reforma do ensino médio. E na parte trabalhista a gente tem essa situação meio dupla, de um lado o desemprego caindo, mas o salário ainda caindo também. A vantagem de ter mercado mais flexível é que você pode ganhar na quantidade abrindo mão um pouco do salário. O mercado está operando de uma maneira mais fluida, com as engrenagens mais lubrificadas, ao quebrar o tabu de mexer na CLT, que tinha mais de 70 anos. Agora é preciso avaliar em que medida as mudanças estão causando impacto ou não. Sobre a polarização, analisando dados mundiais mais subjetivos, a gente constata que até 2018 o Brasil estava muito mais complexo do que o mundo, com muita falta de confiança no governo federal, descrédito das lideranças políticas, medo da violência. Existe uma oportunidade de o país normalizar e só a normalização pode provocar um efeito no país como o do Plano Real, quando a gente vivia com uma inflação de 40%. Só a redução da desconfiança, que chegou a 90%, pode permitir esse novo salto. Essa polarização é ruim para o país.

O seu estudo relaciona um aumento de 67% na extrema pobreza entre 2014 e 2018 com desajustes no programa Bolsa Família. Que desajustes eram esses?

São desajustes de quase cinco anos, que começam no final de 2014, no ápice do programa. O valor do benefício foi congelado. Em 2015, a inflação foi de 10%, e o benefício não foi corrigido. Então, a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. Primeiro houve redução dos benefícios reais em função do congelamento. Em ano de eleição, o valor sofre reajuste, mas não o suficiente para compensar perdas passadas. Em 2019, teve a formação dessa fila, que havia sido zerada anteriormente. O governo anunciou o 13º salário do Bolsa Família, mas não tinha orçamento para o reajuste. O orçamento nominal ficou congelado. Então, acho que foi uma troca que não valeu muito a pena. Você dá um Natal melhor, mas um ano pior para os

beneficiários do programa. Acho que o problema na distribuição tem atrapalhado a retomada da economia. Ali na base a economia gira mais. Nesse ponto, a gente economizou no óleo e a engrenagem travou.

Como vê as mudanças que estão sendo estudadas pelo governo Bolsonaro no Bolsa Família, como meritocracia por desempenho dos alunos e novas faixas de valores?

Primeiro, por contexto, comparo sempre o primeiro ano do Bolsonaro com o primeiro ano do Lula. No primeiro ano do Lula houve um desajuste da política social, com a substituição do Fome Zero pelo Bolsa Família, que consolidou os programas do Fernando Henrique. Acho que no caso do Bolsonaro pode estar tendo um processo de aprendizado. Depois de um ano, ele lançar um programa melhor, um Bolsa Família 2.0, com outro nome, é uma possibilidade forte. Essa ideia da meritocracia, que premia os alunos, acho extremamente positiva. Isso já foi implantado no Rio de Janeiro, na gestão do Eduardo Paes. Os resultados foram positivos. Acho que nessa questão da renda, o Bolsa Família já faz essa transferência, dá mais para quem tem menos, de uma maneira interessante. Agora, falta, talvez, melhorar a medida de renda declarada das pessoas. Elas têm incentivo para subestimar a renda. O alerta que eu faço é o seguinte: o programa é bom, você pode melhorá-lo, mas também pode piorá-lo. Tem possibilidade de melhoras, mas houve um ajuste em 2019 que era dispensável, que foi essa combinação de orçamento congelado com anúncio do 13º. Acho que a crítica mais procedente que se pode fazer ao Bolsa Família é a de uso político. Já fiz vários estudos que mostram que as políticas sociais em geral são usadas em sintonia com o ciclo eleitoral, o que é bastante problemático do ponto de vista ético e gera uma instabilidade desnecessária. Para quem está na oposição, o Bolsa Família é um problema. Agora, quando se torna governo, você tem que perceber que tem um instrumento poderoso em termos sociais.

A agenda mais liberal do atual governo tem efeito nos índices que medem a desigualdade e o bem-estar social?

Em primeiro lugar, o Bolsa Família é um aliado de quem acredita que o Brasil precisa fazer um ajuste fiscal, porque ele é um programa de distribuição de renda eficiente. Gasta pouco, com público certo. Mas antes o Bolsa Família, e foi o que aconteceu por um bom período, inseria os pobres nos mercados. Isso de alguma forma manteve a roda da economia aquecida no Brasil. Acho que talvez falte agora não dar os pobres aos mercados, mas dar os mercados aos pobres. De alguma forma, levar a uma inserção produtiva, de acesso a mecanismos financeiros — e essa plataforma do Bolsa Família pode ajudar no processo. Já tive a oportunidade de participar de um grupo de inclusão financeira do Fórum Econômico Mundial no qual quando se falava de programas tipo Bolsa Família e inclusão financeira, as pessoas não queriam conversar de outro assunto, tanto do setor privado quanto dos governos.

Esse tipo de abertura costuma ser criticado pela esquerda, que defende o controle do estado sobre os programas.

Eu acho que onde o estado atua bem, como no Bolsa Família, ele deve avançar, até para compensar os ajustes que vai ter de fazer em outras frentes pouco efetivas. Acho que a gente não está pensando muito no pobre com potencial. Essa ideia de inclusão produtiva, de meritocracia aos estudantes, que recebem um benefício maior se melhoram a nota na escola, vai nessa direção de dar mais mercados aos pobres, sem preconceito. Acho que pobreza e mercado podem rimar, não tem que ser riqueza e mercado de um lado e pobreza e estado do outro. Acho que, quando esses elementos são combinados, podem sair soluções interessantes, principalmente quando você já tem uma plataforma ampla e eficiente como o cadastro único. Você pode atingir um grupo de pessoas a um custo baixo a fazer transformações importantes na vida delas. É preciso se libertar do preconceito de que os pobres precisam ser isolados no modelo autárquico. A gente tem que confiar mais no potencial do pobre. Por exemplo, inclusão produtiva no Brasil no caso das empresas. Você pega a empresa porque ela é pequena, não porque ela tem potencial de crescer. Se você premia um jovem que avança, você estimula o sucesso das pessoas. Falta mais essa mentalidade, esse caminho de juntar mercado com pessoas pobres. A gente deixa a pobreza de um lado, como se o estado fosse a solução de tudo, e o mercado de outro. A mentalidade brasileira está mudando. Tem até dados que mostram que o brasileiro antes tinha sonho de um emprego público e

hoje tem o sonho de um emprego privado. Ocorreu uma transformação na última década. Está mudando aquele conceito de estado grande, e não é à toa que essa agenda está indo para frente. Acho, no entanto, que a gente precisa sair dessa armadilha da polarização de que o vencedor leva tudo.

Críticos do Bolsa Família dizem que o programa é assistencialista e estimula a dependência porque a pessoa não vai querer trabalhar, para continuar ganhando o benefício. O que os seus estudos dizem sobre isso?

Ter regras que premiam e estimulam o sucesso pode transformar uma dependência em ascendência, mudar as mentalidades. O Bolsa Família é uma boa solução. Os estudos mostram que o programa não gera um efeito preguiça. Gera a dependência eleitoral, que é ruim e precisa ser enfrentada. Mas falta um debate mais franco e mais experimentação. Está na hora de deixar os dogmas, dos dois lados, e ser mais pragmático sobre o que funciona.